

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 28

Data: 27.06.82

Pg.: \_\_\_\_\_

### Índios tentam reviver sua cultura na Bahia

Da sucursal de  
SALVADOR

"Dispostos e trabalhando para recuperar sua cultura e seus antigos costumes" — é como se encontram hoje os índios pataxó e baenã, pertencentes à antiga reserva Paraguassu-Caramuru, que no fim do mês de abril retomaram suas terras no município de Pau-Brasil, no Sul da Bahia, uma área de 400 hectares transformada na fazenda São Lucas. Um fato inédito no Estado, resultado, segundo a antropóloga Maria Hilda Baqueiro Paraiso, "do desespero em que viviam os índios, marginalizados e explorados muitas vezes até pelos próprios fazendeiros que lhes tomaram as terras".

O clima na área ainda é de tensão, uma vez que os 310 indígenas que já habitam a fazenda não se deslocam para outros lugares, com medo da concretização das ameaças contra eles. E os demais — ao todo são 1.500 — têm receio de retornar, temendo ser expulsos novamente. Os fazendeiros não se conformam com a investida dos índios e tentam pressionar o governo estadual e a Funai para lhes garantir o direito de posse das terras — que representavam originalmente uma área de 50 léguas quadradas, situada entre as bacias dos rios Pardo e Colônia, na borda ocidental da mata atlântica, no Sul da Bahia.

Da fazenda que o grileiro Jener Pereira Rocha se dizia proprietário, os índios apenas ficaram com a plantação de cacau — não apreenderam o gado e restituíram os móveis —, mas estão encontrando dificuldades em comercializar o produto em fase de colheita. "Ninguém compra por causa das pressões dos grileiros", acentua a antropóloga, denunciando também que uma agência bancária de Pau Brasil não aceita fazer os depósitos dos indígenas, o

que levou o presidente da Funai a comunicar o problema ao Banco Central.

Os índios estão relativamente bem, segundo Maria Hilda, professora de Antropologia da Universidade Federal da Bahia, que esteve na área em maio — a pedido da Funai — para conhecer o grupo e propor a demarcação das terras, que o órgão pretende fazer numa área aproximada de sete mil hectares. Semanalmente eles recebem mantimentos da Fundação e são atendidos por uma equipe médica. Atualmente estão alojados nas antigas casas do moradores e no curral da fazenda.

Agora, disse a antropóloga, tudo está dependendo de um acordo em estudo entre a Funai e o governo da Bahia, visando a encontrar uma solução "que diga respeito aos direitos, à sobrevivência digna e em paz dos índios". Hilda Baqueiro apóia a posição assumida, em carta à imprensa, pela Associação Brasileira de Antropologia. A ABA afirma que não "cabe qualquer dúvida quanto à legalidade da ação, na medida em que se trata de retomada de área indígena inalienável, conforme dispositivo constitucional nos termos da Lei nº 60.001 — Estatuto dos Índios". Foi em março que esses indígenas, desesperados pela não demarcação das terras desde 1977, decidiram retomá-las e enviaram um comunicado ao presidente da Funai anunciando que voltariam "nem que fosse para morrer".

Não pediam permissão, apenas indagavam se o órgão estava disposto a apoiá-los. E, "dentro do seu dever protetorista", enfatiza Maria Hilda, o órgão resolveu reativar o posto indígena e oferecer proteção da Polícia Federal. Isso porque a Funai reconheceu que a política anterior de arrendamento acabou culminando com a expulsão dos índios de uma área reservada (por decretos-lei, em 1926), do Serviço de Proteção ao Índio.